



ENTRE A ANTIGUIDADE E A IDADE MÉDIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANTIGUIDADE TARDIA (SÉCULOS II – VIII)

BETWEEN ANTIQUITY AND THE MIDDLE AGES: SOME CONSIDERATIONS ABOUT LATE ANTIQUITY (2ND – 8TH CENTURIES)

RENAN FRIGHETTO

Universidade Federal do Paraná

Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED)

RESUMO

Desde o início dos anos 1970, o conceito de Antiguidade Tardia vem ganhando novas importantes contribuições historiográficas. Coube a Peter Brown oferecer um novo olhar sobre o período histórico balizado entre os séculos II e VIII, com particular acento sobre os elementos de cunho sociorreligioso e cultural. Passado meio século daquela importante contribuição ao debate historiográfico, observamos novas perspectivas que abrangem a história política e institucional que são objeto de abordagem no presente estudo.

PALAVRAS-CHAVE: ANTIGUIDADE TARDIA; IMPÉRIO ROMANO; MONARQUIAS ROMANO-BÁRBARAS; PARTILHA DO PODER; ESTADO PERMANENTE DE CONFLITO.

ABSTRACT

Since the beginning of the 1970s, the concept of Late Antiquity has gained new important historiographic contributions. It fell to Peter Brown to offer a new look at the historical period marked between the 2nd and 8th centuries, with particular emphasis on socio-religious and cultural elements. Half a century after that important contribution to the historiographical debate, we observe new perspectives that encompass the political and institutional history that are the object of approach in this study.

KEYWORDS: LATE ANTIQUITY; ROMAN EMPIRE; ROMAN-BARBARIAN MONARCHIES; POWER SHARING; PERMANENT STATE OF CONFLICT.

SOBRE O AUTOR: Renan Frighetto é Doutor em História Antiga pela *Universidad de Salamanca*; Professor Titular de História Antiga do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR; Pesquisador ID do CNPq; Coordenador do Núcleo de Estudos Mediterrânicos da UFPR. Este estudo foi subsidiado com recursos oriundos do projeto “O exílio político como forma de mobilidade forçada no reino hispano-visigodo de Toledo (séculos VI – VII)” (processo nº 304085/2017-0 CNPq). Orcid 0000-0001-7977-2342. E-mail: rfrighetto@hotmail.com

Um dos maiores desafios do historiador é o de definir o início e o fim de um determinado recorte cronológico. De fato, como Fernand Braudel asseverou¹, cabe ao pesquisador da história a escolha de seu tema e a sua temporalidade, embora esta seja mais complexa de ser definida com total precisão. Isso vale para todos os períodos históricos que estudamos e tal constatação revela uma fluidez que é própria do conhecimento científico. Afinal de contas, fixarmos de maneira incontestável o início ou o fim de determinada época histórica nos aproxima da discussão sobre o que é verdadeiro e o que é falso no conjunto do conhecimento histórico. Tanto a verdade enquanto certeza total como a inverdade plena apresentam-se como variáveis inconstantes quando estudamos o passado, seja ele mais ou menos distante, levando o historiador para além do campo científico e intervindo, como aponta François Bédarida, “na esfera pública, a fim de se pronunciar sobre os graves riscos da sociedade diante de um amplo processo negacionista”². Para evitarmos qualquer equívoco ou falsidade em nossas análises historiográficas, devemos seguir a argumentação feita por Ruíz-Domenèc e na qual o historiador espanhol afirma que “toca ao historiador distinguir o verdadeiro das invenções realizadas para justificar o presente”³. Logo, com a finalidade de evitarmos exageros e abordagens fantasiosas, devemos questionar quais são os princípios que utilizamos para fixar estas balizas cronológicas que, por certo, facilitam a compreensão da própria história àqueles que querem nela iniciar-se, mas que por vezes são difíceis de explicar de maneira objetiva.

Em termos gerais, quando nos dirigimos ao passado das sociedades pré-industriais, aquelas anteriores ao século XVIII⁴, utilizamos a tradicional divisão da cronologia histórica apresentada pelos

¹ BRAUDEL, F. “A longa duração”, in: *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1979, p. 9.

² BÉDARIDA, Fr. “As responsabilidades do historiador expert”, in: *Passados recompostos. Campos e canteiros da História (Orgs. Jean Boutier e Dominique Julia)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ – Editora FGV, 1998, p. 146.

³ RUIZ-DOMENÈC, J. E. *Entre Historias de la Edad Media*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2011, p. 338.

⁴ WICKHAM, C. *Medieval Europe*. New Haven – London: Yale University Press, 2017, pp. 05 – 14.

manuais didáticos para designarmos aqueles tempos mais distantes⁵. Por exemplo, quando falamos sobre a Antiguidade de forma imediata a projetamos sobre o espaço mediterrânico e atingindo a Europa, delimitada por Isidoro de Sevilha como “a terceira parte do orbe, começa no rio Tanai (Don), vai descendo ao ocidente pelo oceano setentrional até alcançar os confins da *Hispania*; sua parte oriental e meridional, emergindo desde o Ponto, está banhada pelo Mediterrâneo, finalizando na ilha de Cádiz”⁶. Ou seja, tratava-se da Antiguidade calcada sobre os alicerces da construção civilizacional greco-romana e geograficamente associada ao pensamento dos autores romanos, como Plínio, o Velho que na sua *História Natural* apresenta a Europa como “a ama do povo vencedor de todas as nações e a mais formosa das terras. Muitos tem feito dela merecidamente não um terço, mas a metade, com o mundo dividido em duas partes desde o rio Tanai até o estreito de Gades”⁷. Com efeito, a Europa isidoriana atingia a mesma dimensão territorial que fora apresentada por autores gregos e romanos abrangendo, também, todo o *barbaricum*⁸ que, de acordo com Edward James, estendia-se desde a Crimeia até a *Galia*⁹, incluindo aqui as populações bárbaras que acabaram aliando-se aos romanos e que, ao fim e ao cabo, contribuíram de forma indelével à manutenção ideológica e cultural de Roma, mesmo após a debacle política da autoridade imperial romana nos territórios da *Pars Occidentalis*, aquilo que John Vanderspoel definiu como “o processo de transformação do Império aos reinos”¹⁰. Naquele mundo romano do ocidente fixaram-se – ou acomodaram-se¹¹ – grupos aristocráticos bárbaros que acabaram integrando-se às elites romanas configuradas por séculos de contatos com as populações autóctones espalhadas por todo o âmbito da hegemonia territorial romana. Foi esta miríade de grupos aristocráticos configurados por bárbaros, romanos e autóctones que

⁵ BARROS, J. D’A. *Teoria da História. Volume I. Princípios e conceitos fundamentais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011, pp. 214 – 221.

⁶ *Isid., Etym., XIV, 4, 2.*

⁷ *Plin., Historia Natural, III, 1, 5.*

⁸ De acordo com *Isid., Etym., XIV, 4, 3*, a *barbarica* era a primeira região da Europa que abrangia as áreas entre o Danúbio e o Báltico.

⁹ JAMES, E. *I Barbari*. Bologna: Il Mulino, 2011, p. 192; e de acordo com SANZ SERRANO, R. *Historia de los Godos. Una epopeya histórica de Escandinavia a Toledo*. Madrid: La Esfera de los Libros, 2009, p. 23, o termo *barbaricum* definia “o espaço habitado pelos bárbaros, ou *gentes externae*, afastados da ordem e sumamente perniciosos à estabilidade do mundo romano”.

¹⁰ VANDERSPOEL, J. “From Empire to Kingdoms in the Late Antique West”, in: *A Companion to Late Antiquity* (Ed. Philip Rousseau). Oxford: Blackwell, 2009, p. 426.

¹¹ LIEBESCHÜTZ, W. “Cities, taxes and the accommodation of the barbarians: the theories of Durliat and Goffart”, in: *Kingdoms of the empire. The integration of barbarians in Late Antiquity* (Ed. Walter Pohl). Leiden – New York – Köln: Brill, 1997, pp. 134 – 136; GOFFART, W. “The barbarians in Late Antiquity and how they were accommodated in West”, in: *From Roman provinces to Medieval kingdoms* (Ed. Thomas F. X. Noble). London – New York: Routledge, 2006, pp. 195 – 216; HILLGARTH, J. N. *The Visigoths in History and Legend*. Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 2009, pp. 3 – 7.

formavam aquilo que Patrick Le Roux denominou como “a emergência das múltiplas identidades”¹², que acabaram constituindo e originando as novas monarquias romano-bárbaras herdeiras da autoridade imperial romana e incluídas no conjunto de uma nova civilização, mediterrânica, romana e bárbara¹³. Ideia que aproxima-se significativamente da proposta apresentada por Jean-Michel Carrié e que reforça a perspectiva da preservação das práticas e dos costumes associados a “antiga” civilização nos espaços extra mediterrânicos¹⁴ e que mantiveram-se vivos em consonância com novas práticas e novos costumes que foram trazidos por aquelas populações bárbaras anteriormente alijadas do ambiente político-cultural greco-romano.

Ademais, é importante frisarmos que esta percepção de que estaríamos falando de uma “nova civilização”, balizada temporalmente entre os séculos II e VIII da era cristã e espacialmente no antigo mundo imperial romano que abrangia majoritariamente a área mediterrânica, aparece nos clássicos estudos de Peter Brown¹⁵ e de Henri-Ireneé Marrou¹⁶ publicados na década de 1970. Ambos surgem como renovadores do conceito de *Spätantike*¹⁷ cunhado em princípios do século XX pelo austríaco Alois Riegl¹⁸, mas com uma conotação pejorativa e amplamente associada a imagem criada pelo pensamento moderno sobre a ideia de decadência de Roma e da civilização romana, cristalizada pela obra de Edward Gibbon e que tentava encontrar explicações que justificassem o “fim” do Império Romano nos territórios ocidentais, particularmente a partir do final do governo de Marco Aurélio (161 – 180)¹⁹. Vale recordarmos que a afirmação feita por Cassio Dio na sua *História Romana* de que a morte de Marco Aurélio levou o mundo romano do ouro ao ferro e a ferrugem²⁰ calou profundamente na interpretação oferecida por Gibbon e que influenciou, de maneira direta, a uma significativa parcela dos historiadores do século XIX e da primeira metade do século XX. Além disso,

¹² LE ROUX, P. “Identités civiques, identités provinciales dans l’Empire Romain”, in: *Roma generadora de identidades. La experiencia hispana* (Orgs. Antonio Caballos Rufino y Sabine Lefebvre). Madrid – Sevilla: Casa de Velázquez – Ediciones Universidad de Sevilla, 2011, p. 8.

¹³ HUMPHRIES, M. “The shapes and shaping of the Late Antique World: Global and Local perspective”, in: *A Companion to Late Antiquity* (Ed. Philip Rousseau). Oxford: Blackwell, 2009, pp. 98 – 109.

¹⁴ CARRIÉ, J.-M. “The historical path of ‘Late Antiquity’: from Transformation to Rupture”, in: *Late Antiquity in contemporary debate* (Org. Rita Lizzi Testa). Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2017, p. 207.

¹⁵ BROWN, P. *The world of Late Antiquity. From Marcus Aurelius to Muhammad*. London: Thames and Hudson, 1971, pp.07 – 09.

¹⁶ MARROU, H.-I. *Decadência romana ou Antiguidade Tardia?* Lisboa: Aster, 1979.

¹⁷ Vale frisarmos que a primeira menção ao termo *Spätantike* surge na *retractatio* de sua tese de Doutorado defendida por Henri-Ireneé Marrou em 1938, intitulada *Saint Augustin et la fin de la culture antique*. A *retractatio* foi publicada em 1949 e o termo aparece na página 694 e nas seguintes. Utilizamos a quarta edição da tese, MARROU, H.-I. *Saint Augustin et la fin de la culture antique*. Paris: Éditions E. de Boccard, 1958, p. 694 e ss.

¹⁸ RIEGL, A. *Spätromische Kunstindustrie*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1973, pp. 1 – 23.

¹⁹ GIBBON, E. *The history of the decline and fall of the Roman Empire*. London: Phillips and Sampson, 1854, v. 1, pp. 95 – 96.

²⁰ Dio Cassius, *Historia romana*, LXXII, 36, 4.

tanto os conflitos entre as potências europeias como os mundiais que marcaram o período entre 1860 – 1945 e, também, as discussões relativas aos conceitos de classe e de nação acentuaram ainda mais o sentido da crise que levou à guerra e à decadência, noção que acabou contaminando a própria historiografia e os estudos relacionados ao mundo antigo. Segundo Ian Wood “os debates sobre a Queda de Roma tendem a se concentrar em certas questões, e essas questões frequentemente refletem os debates sociais e políticos da época (...). Alguns fizeram comparações muito claras entre a guerra e a queda de Roma”²¹. Afirmações que revelam a tendência da visão presentificada do passado e que favoreciam o “sombreamento” do período histórico balizado entre os séculos II e VIII, destacado por muitos como uma época de violência e de barbárie que “ceifou” a idílica sociedade greco-romana clássica e helenística. Um paradigma pautado no romantismo decimonônico onde, de acordo com Stefano Gasparri e Cristina La Rocca, “os bárbaros são agora e sempre os selvagens que lançaram ao estágio primordial a refinada, e também decadente, civilização romana”²².

Os estudos mais recentes, ao menos dos últimos 50 anos, mostram-nos um retrato um pouco menos dramático com relação aos bárbaros. Como Edward James indica “os bárbaros não assassinaram o Império Romano (...). Nem o Império Romano ‘declinou e caiu’ da sua iniciativa”²³, embora a descrição oferecida na segunda metade do século IV pelo antioqueno Amiano Marcelino dos hunos e alanos deixe-nos impressionados. É certo que temos aqui uma imagem comum à tradição cultural greco-romana sobre as populações externas que viviam e que recebiam uma formação distinta daquela possuída por romanos e gregos, pois

“entre eles não se trabalha a terra (...). Com efeito, andam errantes, sem rumo fixo, sem lar, sem lei ou sustento estabelecido. São, pois, semelhantes a fugitivos que levam sempre consigo as carretas nas quais habitam (...). São desleais e volúveis nos acordos (...). Semelhantes a animais irracionais, não distinguem em absoluto o honesto do desonesto”²⁴.

Seguindo a lógica greco-romana de Amiano os bárbaros, de uma forma geral, representavam uma ameaça ao *modus vivendi* romano²⁵, embora na *História Augusta*, redigida em finais do século IV e começo do século V, os bárbaros apareçam mais permeáveis as influências romanas, em

²¹ WOOD, I. N. *The modern origins of the Early Middle Ages*. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 287.

²² GASPARRI, St. e LA ROCCA, Cr. *Tempi Barbarici. L'Europa Occidentale tra antichità e medioevo (300 – 900)*. Roma: Carocci Editore, 2013, p. 16.

²³ JAMES, E. *I Barbari*, p. 380.

²⁴ Amiano Marcelino, *Historias*, XXXI, 2, 10 – 11.

²⁵ HARTO TRUJILLO, M. L. *Amiano Marcelino. Historias*. Madrid: Akal, 2002, pp. 24 – 25.

particular no que tange a vida política. Esse seria o caso apresentado por Elio Espartiano na *Vida de Adriano*, que informou que o príncipe “designou um rei aos germanos”²⁶, atitude pouco usual entre as populações bárbaras, mas que poderia ser possível entre grupos de *dediticios* derrotados por Roma e que serviam como forças auxiliares junto ao exército legionário, pois como analisou Gerard Wirth²⁷ a forma de integração dos bárbaros *dediticios* ao mundo romano se daria através do estabelecimento da monarquia baseada no exemplo imperial romano. De qualquer forma, devemos pensar que a tela desenhada por Amiano e na qual temos uma imagem pejorativa dos bárbaros dizia mais respeito à tradicional descrição daquelas populações oferecida pelos autores gregos e romanos dos tempos do principado, enquanto a breve informação apresentada na *Vida de Adriano* parece mais acorde com os tempos na qual ela foi escrita, quando os bárbaros já estavam bem mais integrados aos desígnios das autoridades imperiais romanas do ocidente e do oriente.

É interessante notar que no século IV o mundo greco-romano encontrava-se marcado pela multiplicidade de participantes que agiam diretamente nas ações políticas levadas à cabo pelos poderes imperiais. A presença dos bárbaros no xadrez político romano deve ser também associada a partilha do poder imperial e que acaba por levar-nos a pluralizá-lo. Ora, a partilha do poder entre mais que um príncipe/imperador no *orbis romanorum* vinha sendo construída, pelo menos, desde meados do século II quando Marco Aurélio indicou ao senado que seu irmão adotado, Lúcio Vero, dividiria com ele o poder imperial²⁸. Daquele momento em diante, como bem indicou Valério Neri²⁹, a repartição do poder tornou-se uma prática constante e a monarquia característica do principado deu lugar a diarquia, ou a triarquia – se pensarmos no reinado de Galieno³⁰ – e até a tetrarquia dos tempos de Diocleciano e que acabou sendo espelhada por Constantino e seus sucessores no sólio imperial³¹. Mas, foi com Valentiniano I que notaremos mais uma inovação que selou, de maneira definitiva, o futuro do mundo imperial romano. Logo após nomear seu irmão, Valente, como seu colega e Augusto,

²⁶ *Historia Augusta, Vida de Adriano*, 12, 7.

²⁷ WIRTH, G. “Rome and its Germanic partners in the fourth century”, in: *Kingdoms of the empire. The integration of barbarians in Late Antiquity* (Ed. Walter Pohl). Leiden – New York – Köln: Brill, 1997, pp. 24 – 25.

²⁸ *Dio Cassius, Historia romana*, LXXI, 1, 1; *Historia Augusta, Vida de Marco Antonino*, VII, 5 – 6.

²⁹ NERI, V. “Monarchia, Diarchia, tetrarchia. La dialettica delle forme di governo imperiale fra Diocleziano e Costantino”, in: *Costantino I. Enciclopedia costantiniana sulla figura e l’immagine dell’imperatore del cosiddetto Editto di Milano*. 313 – 2013. Roma: Enciclopedia Italiana, 2013, v. I, pp.659 – 660.

³⁰ ELTON, H. “The Transformation of Government under Diocletian and Constantine”, in: *A Companion to the Roman Empire* (Ed. David Potter). Oxford: Blackwell, 2006, pp. 194 – 195; NERI, V. “Monarchia, Diarchia, tetrarchia...”, p. 660. E devemos recordar o episódio ocorrido no século IV e indicado por SILVA, G. V. *A escalada dos imperadores proscritos. Estado, conflito e usurpação na Antiguidade Tardia* (285 – 395). Vitória: GM Editora, 2018, p. 104, “...Em seguida, temos a usurpação de Valentiniano II (375), proclamado imperador em Aquincum cinco dias após a morte de Valentiniano como uma forma de evitar a defecção das tropas sob a liderança do *comes* Sebastiano (...). Graciano e Valente, embora a contragosto, limitam-se a aceitar o fato, e o Império passa a contar com três imperadores...”.

³¹ CARRIÉ, J.-M. e ROUSELLE, A. *L’Empire Romain en mutation. Des Sévères à Constantin 192 – 337*. Paris: Éditions du Seuil, 1999, p. 250.

prática já comum e reconhecida, na opinião de Amiano diante da impossibilidade de um único imperador exercer plenamente a defesa dos territórios imperiais³², o *imperator senior* promoveu a partilha administrativa e militar do mundo romano em duas partes: a Valentiniano I coube a *Pars Occidentalis*, estabelecendo sua capital em Milão, enquanto Valente ficaria responsável pela *Pars Orientalis*, com sede na cidade de Constantinopla³³. Assim, podemos dizer que *de facto* surgiram no ano de 364 os dois impérios romanos, o Império Romano do Ocidente e o Império Romano do Oriente, divisão que manteve-se efetiva até a desapareção política do Império Romano do Ocidente na segunda metade do século V. Nesse momento, os bárbaros ganharam maior projeção e importância na medida em que passaram a ocupar cargos e funções militares que antes eram prerrogativas romanas. Casos como os de Estilício e de Rufino³⁴, de Arbogaste e de Alarico, todos chefes militares de origem bárbara que acabaram assumindo um papel significativo no enredo político romano desde finais do século IV³⁵, aparecem como sintoma efetivo de que o mundo imperial romano caminhava, inexoravelmente, à uma nova configuração sociopolítica e militar³⁶.

Porém, em nossa opinião, essa nova configuração alterava o tradicional Império dos romanos sem levá-lo ao fim ou a destruição total. Nesse caso, tanto a participação dos bárbaros no coração da administração militar romana como a partilha efetiva da autoridade imperial contribuíram ao surgimento de novos poderes que seguirão os passos do passado romano, mas com um toque próprio, trazendo no seu bojo elementos próprios da tradição dos bárbaros³⁷. O amálgama destas duas tradições configurou aquilo que definimos como o mundo romano-bárbaro que originou o período das monarquias romano-bárbaras nos territórios ocidentais romanos que pode ser balizada entre os séculos V e VIII. Nesse lapso temporal observamos o lento e paulatino esvaziamento do poder político imperial e a sua substituição pelos *reges* bárbaros que começaram a estabelecer sua hegemonia política sobre áreas e territórios romanos do ocidente configurando, dessa forma, os *regna* romano-bárbaros³⁸. Adotando a monarquia de tradição imperial romana como sistema político, os reis romano-bárbaros conquistaram o seu espaço de poder tanto junto aos grupos aristocráticos de

³² Amiano Marcelino, *Historias*, XXVI, 4, 3.

³³ Amiano Marcelino, *Historias*, XXVI, 5, 4.

³⁴ CAMERON, Av. *El Mundo Mediterraneo en la Antigüedad Tardía 395 – 600*. Barcelona: Crítica, 1998, p. 31.

³⁵ GASPARRI, St. e LA ROCCA, Cr. *Tempi Barbarici...*, p. 68.

³⁶ JAMES, E. *I Barbari*, p. 245.

³⁷ POHL, W. “Telling the difference: Signs of ethnic identity”, in: *Strategies of distinction. The construction of ethnic communities, 300 – 800* (Ed. Walter Pohl and Helmut Reimitz). Leiden – Boston – Köln: Brill, 1998, pp. 62 – 63; HEDEAGER, L. “Migration period Europe: the formation of a political mentality”, in: *Rituals of Power. From Late Antiquity to the Early Middle Ages* (Ed. Frans Theuws and Janet L. Nelson). Leiden – Boston – Köln: Brill, 2000, p. 18.

³⁸ FRIGHETTO, R. “Cuando la confrontación genera la colaboración: godos, romanos y el surgimiento del reino hispanogodo de Toledo (siglos V – VI)”, in: *Vínculos de Historia*, 7. Toledo: Ediciones Universidad de Castilla La Mancha, 2018, p. 164.

origem bárbara como aos grupos aristocráticos romanos e autóctones nas áreas onde configuraram os seus reinos graças à concessão romana de áreas para o seu estabelecimento. Além disso, a força detida por aqueles *reges* amparava-se, também, no estado permanente de conflito³⁹ que os projetava como verdadeiras lideranças militares diante dos segmentos aristocráticos e, também, do poder imperial romano. Esse descolamento das lideranças bárbaras da tutela imperial se deu, sobretudo, pelo crescente abandono do próprio imperador de exercer o seu poder de *imperium*, ou seja, de mando militar⁴⁰. Durante o século V cabia aos chefes militares bárbaros o protagonismo da liderança militar apoiada, principalmente, pelas hostes bárbaras e pelo conjunto aristocrático bárbaro que via no rei, escolhido a partir daquele universo sociopolítico e militar, o verdadeiro condutor de suas ações políticas, minimizando cada vez mais a participação da figura imperial e transformando-a, na opinião de Blockley, numa verdadeira “marionete” nas mãos dos líderes bárbaros⁴¹. Ou seja, a concessão de territórios aos grupos bárbaros fez com que estes reforçassem a escolha de um único rei que os representasse e, ao mesmo tempo, começasse a concorrer com a figura de um imperador cada vez mais enfraquecido política, militar e administrativamente. De federados e aliados de Roma, os grupos bárbaros começaram a colocar-se como defensores e, simultaneamente, rivais do poder imperial romano. O caso dos godos instalados na *Aquitania secunda* em 418 por concessão imperial talvez seja o exemplo mais destacado dessa ação política que mostra-nos um caminho de sentidos opostos, de fortalecimento do poder régio dos grupos bárbaros em oposição à paulatina e inevitável derrocada do poder imperial romano no ocidente⁴².

É importante dizer que a configuração das monarquias romano-bárbaras, como a dos godos e de outros grupos populacionais que ingressaram e se estabeleceram no interior do mundo romano do ocidente, baseou-se sobre os alicerces da antiga administração imperial romana⁴³. Como exemplo efetivo dessa aproximação, Sidônio Apolinário, bispo de Clermont Ferrant em meados do século V, nos apresenta a descrição de uma autêntica corte régia goda no reinado de Teodorico II (452 – 466) onde destacavam-se a sala do trono, os estábulos e os tesouros, claro sinal de uma estrutura administrativa herdada do passado romano⁴⁴. Logo, a interação entre a realeza e os grupos aristocráticos godos com a estrutura administrativa romana foi feita de forma gradual e progressiva

³⁹ FRIGHETTO, R. “Signos e rituais: os mecanismos do poder político no reino hispano-visigodo de Toledo (séculos VI – VII)”, in: *Anos 90*, 22/42. Porto Alegre: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 2015, p. 244.

⁴⁰ GASPARRI, St. e LA ROCCA, Cr. *Tempi Barbarici...*, p. 97.

⁴¹ BLOCKLEY, R. C. “The dynasty of Theodosius”, in: *The Cambridge Ancient History. Volume XIII. The Late Empire, A. D. 337 – 427* (Eds. Averil Cameron and Peter Garnsey). Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 111.

⁴² DÍAZ MARTÍNEZ, P. C. “Rey y poder en la monarquía visigoda”, in: *Iberia I*. Logroño: Ediciones Universidad de La Rioja, 1, 1998, pp. 179 – 183.

⁴³ GARCIA MORENO, L. A. *Historia de España Visigoda*. Madrid: Ediciones Catedra, 1989, pp. 309 – 314.

⁴⁴ *Sidônio Apolinário, Cartas*, 1, 2, 4.

mostrando, assim, a aproximação entre os grupos aristocráticos e políticos romanos e autóctones com os novos partícipes bárbaros que passavam a ter um papel essencial em termos regionais. Essa perspectiva aparece de forma evidente na tese que foi apresentada nos anos 1970 por Michel Rouche ao definir a *Aquitania* como centro do estabelecimento dos godos que serviu para o fortalecimento de sua hegemonia sobre os territórios ocidentais durante o século V, mas também como base de apoio da defesa das áreas aquitanas contra novas incursões de outras populações bárbaras, o que acabou aproximando os grupos aristocráticos godos e os seus congêneres aquitano-romanos⁴⁵. Nesse caso, os godos surgiam como autêntica barreira contra ameaças vindas de outros espaços territoriais e essa força militar era canalizada, também, para agir em outras áreas transformando-os em verdadeiros interventores em nome da autoridade romana⁴⁶. Estas ações militares constantes robusteciam o *regnum* e a figura régia que o liderava, além de catalisar e canalizar a força militar em prol da hegemonia goda⁴⁷. A consolidação desse poderio do *regnum gothorum* da Aquitania tornou-se evidente a partir do reinado de Teodorico I (418 – 451), quando encontramos membros da aristocracia aquitano-romana integrando o *consilium* régio, prática que se estendeu pelos reinados seguintes de Teodorico II, Eurico (466 – 484) e Alarico II (484 – 507) e que alcançou outros grupos aristocráticos da *Gália* e da *Hispania*⁴⁸. Outro indício da ampliação dos poderes dos *reges* godos da Aquitania sobre todo o espaço hegemônico por eles controlado é o da promulgação de leis que foram coligidas tanto no *Codes Euricianus*, publicado no reinado de Eurico como na *Lex Romana Visigothorum*, publicada no reinado de seu sucessor e filho Alarico II⁴⁹. Embora ainda divididos entre normas válidas aos godos e aos súditos de origem romana, ambos os códigos de leis atestam aquilo que Isidoro de Sevilha apresentou em suas *Histórias*, de que os godos “começaram a ter leis escritas, pois anteriormente se regiam apenas segundo os seus usos e costumes⁵⁰”.

A afirmação feita pelo bispo de Sevilha no primeiro terço do século VII pode ganhar uma dimensão maior, demonstrando que os seus ancestrais godos já haviam abandonado a condição de

⁴⁵ ROUCHE, M. *L'Aquitaine. Des Wisigoths aux Arabes – 418- 781. Naissance d'une région*. Paris: EHHSS, 1979, pp. 27 – 30.

⁴⁶ SANZ SERRANO, R. *Historia de los Godos. Una epopeya histórica de Escandinavia a Toledo*, pp. 192 – 198.

⁴⁷ VALVERDE CASTRO, M. R. *Ideología, simbolismo y ejercicio del poder real en la monarquía visigoda: un proceso de cambio*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2000, pp. 47 – 68.

⁴⁸ MATHISEN, R. *Roman aristocrats in barbarian Gaul. Strategies for survival in an age of transition*. Austin: University of Texas Press, 1993, pp. 127 – 133; DUMÉZIL, B. “Le comte et l’administration de la cité dans le Bréviaire d’Alaric”, in: *Le Breviaire d’Alaric. Aux origines du code civil (org. Michel Rouche e Bruno Dumézil)*. Paris: Pubs Paris Sorbonne, 2008, pp. 73 – 74.

⁴⁹ FRIGHETTO, R. *Exílio e exclusão política no mundo antigo. De Roma ao reino godo de Tolosa (séculos II a. C. – VI d. C.)*. Jundiá: Paco Editorial, 2019, p.113; DÍAZ MARTÍNEZ, P. C. “Rey y poder en la monarquía visigoda”, pp. 182 – 183.

⁵⁰ *Isid.*, HG, 35.

“bárbaros”, que apenas seguiam seus usos e seus costumes, e desde meados do século V já poderiam ser considerados como integrados à *romana ciuilitas*, a civilização romana⁵¹. Uma integração possível graças a constituição de um *regnum* que tinha um espaço territorial definido e associado a Aquitania, além de uma área hegemônica que abrangia territórios da *Galia* e da *Hispania*, uma realeza apoiada no sistema monárquico de tradição romana que ganhou força a partir de um estado permanente de conflito contra todos os seus potenciais rivais. Tanto essa como as demais monarquias romano-bárbaras instaladas nos territórios romanos do ocidente acabaram substituindo o poder e a autoridade do Império Romano naquela *Pars Occidentalis*⁵², embora o Império Romano continuasse existindo nas regiões do levante do Mediterrâneo e exercendo a sua influência política e cultural sobre o conjunto daquelas monarquias⁵³.

Sabemos que o *regnum gothorum* da Aquitania desapareceu nos primórdios do século VI, com a derrota dos godos frente aos francos e burgúndios liderados por Clóvis e a morte do rei Alarico II no ano de 507⁵⁴. Mas foi exatamente numa das áreas da antiga hegemonia goda, na *Hispania*, que encontraremos a revitalização e o ressurgimento da monarquia goda, dessa feita estabelecida em Toledo⁵⁵. De fato, o reino hispano-visigodo de Toledo apresentou os mesmos sinais que fizeram do seu antecessor aquitano uma potência em termos regionais: um conjunto aristocrático misto, tanto de origem goda como hispano-romana, que fortaleceu a figura régia e que, a partir do reinado de Leovigildo (569 – 586) exerceu uma ação hegemônica por todo o espaço hispânico através do estado permanente de conflito que levou os hispano-visigodos a derrotarem e incorporarem potenciais rivais regionais, como os suevos na *Gallaecia*, as tribos vascas, astures e cântabras no norte peninsular, bem como os históricos inimigos francos na *Narbonense* e os romano-orientais nas áreas do levante peninsular⁵⁶. Porém, as disputas intra-aristocráticas que colocavam as *gentes* hispano-visigodas em

⁵¹ FRIGHETTO, R. “Considerações sobre o conceito de *Gens* e a sua relação com a ideia de identidade nobiliárquica no pensamento de Isidoro de Sevilha (século VII)”. *Imago Temporis. Medium Aevum VI*. Lerida: Ediciones Universidad de Lerida, 2012, p. 423.

⁵² GOËTZ, H.-W. “Gens, kings and kingdoms: The Franks”, in: *Regna and Gentes. The Relationship between Late Antique and Early medieval peoples and kingdoms in the transformation of the Roman World* (Eds. H.-W. Goetz, J. Jarnut and W. Pohl). Leiden – Boston: Brill, 2003, pp. 311 – 313.

⁵³ DÍAZ MARTÍNEZ, P. C. e VALVERDE CASTRO, M. R. “The theoretical strength and practical weakness of the Visigothic Monarchy of Toledo”, in: *Rituals of Power. From Late Antiquity to the Early Middle Ages* (Ed. Frans Theuws and Janet L. Nelson). Leiden – Boston – Köln: Brill, 2000, pp. 71 – 72.

⁵⁴ VALVERDE CASTRO, M. R. *Ideología, simbolismo y ejercicio del poder real en la monarquía visigoda...*, pp. 115 – 116.

⁵⁵ DÍAZ MARTÍNEZ, P. C. e VALVERDE CASTRO, M. R. “The theoretical strength and practical weakness of the Visigothic Monarchy of Toledo”, pp. 72 – 73.

⁵⁶ VELÁZQUEZ, I. “*Pro Patriae Gentique Gothrum statv* (4th Council of Toledo, canon 75, A. 633)”, in: *Regna and Gentes. The Relationship between Late Antique and Early medieval peoples and kingdoms in the transformation of the Roman World* (Eds. H.-W. Goetz, J. Jarnut and W. Pohl). Leiden – Boston: Brill, 2003, pp. 176 – 180; FRIGHETTO, R. “Cuando la confrontación genera la colaboración: godos, romanos y el surgimiento del reino hispanogodo de Toledo (siglos V – VI)”, pp. 166 – 168.

campos opostos no âmbito político e que acabavam envolvendo diretamente o *rex gothorum* terminaram por enfraquecer a instituição régia ao longo do século VII⁵⁷. Rivalidades que culminaram com o confronto entre as hostes aristocráticas que selou o destino do reino hispano-visigodo, desestruturado logo após a derrota do Guadalete no ano de 711⁵⁸.

À princípio, seguindo a proposta apresentada por Jean-Michel Carrié⁵⁹, poderíamos dizer que a expansão muçulmana pelo espaço mediterrânico contribuiu com a derrocada da monarquia hispano-visigoda, embora o ingresso dos berberes islamizados na *Hispania* tenha sido um elemento à mais que contribuiu na desestruturação política do reino hispano-visigodo de Toledo nos primórdios do século VIII. Imputar a uma única batalha a derrocada de uma monarquia romano-bárbara bem-organizada administrativamente como a hispano-visigoda é, na opinião de Pablo Díaz Martínez “uma extrapolação atrevida”⁶⁰. Podemos dizer que a presença muçulmana no Mediterrâneo provocou certa instabilidade política, mas devemos ponderá-la e matizá-la à luz da documentação. Os exemplos lombardo e carolíngio podem elucidar o real impacto do poderio muçulmano sobre os ambientes políticos da *Galia* e da *Italia*, onde verificamos uma significativa projeção sobre uma importante parcela dos territórios ocidentais no caso carolíngio a partir de meados do século VIII⁶¹. Aliás, como indicaram Gasparri e La Rocca, “a época carolíngia representa o momento no qual se configuram claramente as estruturas sociais, políticas, económicas, religiosas e culturais definidas como medievais”⁶², o que nos coloca a baliza entre meados do século VIII e os primórdios do século IX como o princípio do mundo medieval nos territórios ocidentais.

Com isso, concordamos com a proposição feita tanto por Brown, como por Marrou, Carrié e Gasparri – La Rocca de que encontramos uma estrutura histórica que pode ser denominada como Antiguidade Tardia, que abrange um lapso cronológico entre os séculos II e VIII da era cristã e que tem no Mediterrâneo e nas áreas controladas pela autoridade imperial romana o seu espaço geográfico. Um tempo que demarca uma época de trânsito e de passagem entre a Antiguidade e a Idade Média, sem qualquer juízo de valor negativo ou positivo, um período histórico pleno de continuidades e de rupturas que demonstram a sua dinâmica e a sua importância para o estudo da História. Porém, a

⁵⁷ FRIGHETTO, R. “*In Eadem Infelicem Spaniam, regnum efferum conlocant*: Las motivaciones de la fragmentación política del reino hispanogodo de Toledo (siglo VIII)”, in: *Temas Medievales 19*. Buenos Aires: SAEMED, 2011, pp. 139 – 150.

⁵⁸ DÍAZ MARTÍNEZ, P. C. “La dinámica del poder y la defensa del territorio: para una comprensión del fin del reino visigodo de Toledo”, in: *XXXIX Semana de Estudios Medievales*. Estella: Gobierno de Navarra, 2012, pp. 201 – 202.

⁵⁹ CARRIÉ, J.-M. e ROUSELLE, A. *L'Empire Romain en mutation...*, p. 11.

⁶⁰ DÍAZ MARTÍNEZ, P. C. “La dinámica del poder y la defensa del territorio: para una comprensión del fin del reino visigodo de Toledo”, p. 204.

⁶¹ WOOD, I. *The Merovingian Kingdoms 450 – 751*. London – New York: Longman, 1994, pp. 273 – 292.

⁶² GASPARRI, St. e LA ROCCA, Cr. *Tempi Barbarici...*, p. 25.

denominação de Antiguidade Tardia vem sendo, de forma gradual, aprimorada por outras opções nos últimos anos e o próprio Peter Brown nos indica em um de seus estudos mais recentes sobre a vida após a morte uma delas, informando que

“...Eu as amplio aqui, fornecendo uma breve introdução ao quadro geral - aos principais contornos do desenvolvimento das visões cristãs latinas da vida após a morte entre 200 e 700 d.C. Para ser breve, compararei duas idades - o mundo da igreja primitiva no final do segundo e terceiro séculos e o mundo medieval do início do século sétimo: em outras palavras, o início e o fim de nossa história...”⁶³.

Nesse caso, observamos uma nova divisão cronológica que, em certa medida, mantém o preceito de Antiguidade Tardia, mas dividindo-a em dois momentos a partir das concepções religiosas. Por outro lado, como já indicado, lançamos há alguns anos uma proposta de subdivisão da Antiguidade Tardia em dois momentos segundo as mudanças político-institucionais que podemos observar, a de um mundo romano tardio que estaria balizado entre os séculos III e V nos territórios ocidentais, estendendo-se até os primórdios do século VII no oriente romano, e um mundo romano-bárbaro cristalizado pelas monarquias romano-bárbaras estabelecidas e mantidas durante os séculos V e VIII no ocidente romano⁶⁴.

Sendo assim, levantamos o questionamento se podemos oferecer outra denominação para o período que estamos analisando em substituição a já tradicional Antiguidade Tardia. Por certo que encontramos pontos que podem caracterizar toda a temporalidade que abordamos, começando pela partilha do poder político que tem seus primeiros passos no mundo romano do século II, mantendo-se a partir de então até o século V, no caso dos Impérios Romanos do Ocidente e do Oriente, e além, nas monarquias romano-bárbaras estabelecidas nos territórios romanos ocidentais onde constatamos a continuidade dessa prática de divisão entre dois ou mais *reges*. A desaparecimento da monarquia hispano-visigoda no século VIII e a consolidação da unidade carolíngia na figura de Carlos Magno em finais desse mesmo século demarcariam, em nossa opinião, o fim desse período e o início do que denominamos como a Idade Média. Além disso, vale dizer que as monarquias romano-bárbaras devem ser incluídas naquele processo de longa duração da partilha do poder imperial, fazendo com que entre os séculos II e VIII encontremos um elemento comum e relacionado com o processo político totalmente característico dessa baliza cronológica.

⁶³ BROWN, P. *The Ransom of the soul. Afterlife and Wealth in Early Western Christianity*. London – Cambridge: Harvard University Press, 2015, p. 1.

⁶⁴ FRIGHETTO, R. “Cuando la confrontación genera la colaboración: godos, romanos y el surgimiento del reino hispanogodo de Toledo (siglos V – VI)”, pp. 169 – 170.

Outro elemento que devemos levar em conta à hora de fixarmos essa temporalidade diz respeito a associação, integração, acomodação e fixação dos grupos bárbaros no interior do mundo romano e que, como consequência, acabou por levá-los, inicialmente, a participar tanto nas instituições imperiais como na defesa de Roma para, num segundo momento, se tornarem os verdadeiros substitutos da autoridade imperial nos territórios romanos ocidentais. Para tanto, é importante termos em conta o fortalecimento da figura régia entre os grupos bárbaros pautada, sobretudo, naquilo que definimos como o estado permanente de conflito onde os reis bárbaros canalizavam todo o apoio de seus grupos aristocráticos na liderança das ações militares contra os inimigos em comum e que poderiam incluir, em determinados casos, os próprios romanos. Parece-nos importante afirmar que os bárbaros utilizaram a via militar como meio ao estabelecimento de suas monarquias em detrimento do apoio ao poder imperial romano. Com efeito, tratava-se de um caminho sem retorno à autoridade imperial romana nos territórios ocidentais, mas que demonstra, por outro lado, que paulatinamente os bárbaros foram vinculados à civilização romana, a *romana ciuilitas*, um sinal inequívoco de uma alteração do paradigma helenístico sobre aqueles grupos externos e pejorativamente marcados pela tradição greco-romana. Assim, podemos considerar as monarquias romano-bárbaras como mantenedoras e herdeiras da cultura, da administração, dos cargos e funções que eram comuns no mundo imperial romano, embora elementos específicos das tradições ancestrais dos bárbaros também tenham sido incorporados a essa nova realidade política.

Ao fim e ao cabo, observamos que o período entre os séculos II e VIII é amplamente dinâmico e isso torna a tarefa de oferecer uma nova denominação a ele muito mais complexa e difícil. Pensando de uma forma direta, poderíamos dizer que aqueles seis séculos representavam o abandono lento e gradual das premissas relacionadas ao mundo helenístico no qual podemos inserir o sistema político do principado romano. A herança de Alexandre Magno continuava vívida na mente dos príncipes e imperadores romanos, mas a presença pragmática e efetiva dos bárbaros fazia com que a ampulheta tivesse de ser, novamente, girada. E esse mundo tardo-antigo também poderia ser denominado como um mundo pós-helenístico, pois teríamos diante de nós uma nova perspectiva monárquica com a contribuição dos elementos bárbaros em adição a todos os provenientes da tradição helenística. É uma possibilidade para balizarmos cronologicamente aquele momento histórico, embora a denominação de Antiguidade Tardia ainda seja válida e, ao que tudo indica, distante de ser substituída.